

10729 - Programa Paraná Agroecológico: o processo participativo para construção de uma política pública

MELÃO, Ivo Barreto¹

1 IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, melao@ipardes.pr.gov.br

Resumo: Este relato procura mostrar a construção das bases do Programa Paraná Agroecológico e evidenciar o caráter participativo desse processo que envolveu os setores público e privado. Espera-se que as propostas apresentadas sejam capazes de imprimir ao estado da arte, da ciência e do modelo agrícola em questão, as condições para promover a geração de renda, a sustentabilidade ambiental, a segurança alimentar e nutricional, e a qualidade de vida dos agricultores e consumidores paranaenses.

Palavras-chave: Agroecologia, processo participativo, Câmara Setorial de Agroecologia e da Agricultura Orgânica, política pública, Programa Paraná Agroecológico

Contexto

A Agroecologia como uma ciência transdisciplinar é capaz de implementar e promover a transição de modelos de agricultura menos respeitosos com os valores ambientais e humanos, para a construção de modelos de agricultura de base ecológica, mais justos, solidários e ambientalmente sustentáveis.

No Paraná o movimento a favor da Agroecologia vem sendo construído desde a década dos anos de 1970 (agricultura alternativa), com a participação efetiva dos movimentos populares da agricultura familiar, das entidades civis e de governos comprometidos com esta causa, tendo o Estado conquistado posição de destaque no cenário nacional. Mais recentemente, a partir de 2007, quando o Conselho Estadual do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (CEDRAF) aprova a criação da Câmara Setorial da Agricultura Orgânica e Agroecologia (Câmara Setorial), iniciam-se as bases de discussão para a criação de um Programa de Agroecologia e da Agricultura Orgânica na perspectiva de consolidação de uma política pública de Governo.

O principal objetivo deste artigo é mostrar a construção de um programa de desenvolvimento rural sustentável para o Paraná, com base nos princípios da ciência agroecológica, tendo como referência os dados da agricultura orgânica. Este processo ocorreu de forma participativa pelos atores que compõem a Câmara Setorial.

O Censo Agropecuário (IBGE, 2006) aponta para um número de 7.527 estabelecimentos agropecuários que realizam atividade orgânica no Paraná, o que representa 8,3% do total de estabelecimentos orgânicos no Brasil.

Estes estabelecimentos tem área de até 50 hectares, sendo que 41,6% estão na faixa entre 1 e 5 hectares, o que indica o predomínio da agricultura familiar neste modelo de produção.

A produção paranaense de produtos orgânicos é crescente, diversificada e presente em todas as regiões do Estado, com predomínio para os produtos agrícolas e com menor expressão a produção pecuária. O levantamento da última safra (2010/11) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SEAB) e Instituto Emater apontou uma produção da ordem de

138 mil toneladas, em uma área de 12 mil hectares e aproximadamente 5 mil produtores.

Do lado dos consumidores também é crescente a procura pelos produtos orgânicos, tendo em vista os fatores de saúde, aspectos ambientais e sociais do sistema de produção. Percebe-se hoje um perfil de consumidor consciente destes valores, que vem participando do processo de construção de mercados locais, em alguns casos, de forma organizada.

É importante, apenas para contextualizar a última década, ressaltar algumas ações para o desenvolvimento da agroecologia e da agricultura orgânica no Paraná,

No âmbito do Governo Estadual, o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) implantou, em 2004, o PAG (Programa de Agroecologia), com a finalidade de congregar e coordenar ações de pesquisa. No ano seguinte cria-se o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), voltado para o desenvolvimento de pesquisas científicas e validações das experiências dos agricultores. Em 2007 o Instituto Emater, compõe o Grupo de Estudo e Trabalho em Agroecologia e o CEDRAF cria a Câmara Setorial, com o objetivo de difundir e coordenar as políticas públicas do setor.

As organizações civis e os movimentos sociais promoveram inúmeras ações. Desde 2001 ocorrem as Jornadas de Agroecologia, organizadas pelo movimento camponês agroecológico. Em 2003 a Itaipu Binacional lançou o Programa Cultivando Água Boa, visando a difusão das práticas sustentáveis de desenvolvimento rural. Em 2009 o VI Congresso Brasileiro de Agroecologia e II Congresso Latino Americano de Agroecologia foi realizado em Curitiba. Além disso, houve inúmeras iniciativas para realização de eventos técnicos locais/regionais.

Com a relação à formação de profissionais para atuar na área, o Estado do Paraná oferece hoje programas de formação de técnicos em Agroecologia na Escola Técnica e no Setor Litoral da UFPR, além do curso técnico em Agroecologia nas Casas Familiares Rurais. As 18 escolas agrícolas do Estado, contam com disciplinas voltadas para as práticas agroecológicas. Atualmente existem 12 cursos no Paraná, com formação específica em Agroecologia (técnicos, tecnólogos, bacharelado e mestrado), além de outros 18 cursos com ênfase em Agroecologia.

Em relação à área da Legislação e Certificação, é importante destacar a instalação em 2003 da Comissão da Produção Orgânica do Paraná (CPOrg/PR) e em 2007, a acreditação internacional da Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), recebida pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), possibilitando maior credibilidade ao serviço de certificação.

Finalmente, na área da comercialização, em fevereiro de 2009 foi inaugurado o primeiro Mercado Municipal de Produtos Orgânicos do Brasil na cidade de Curitiba que conta hoje com mais de 13 feiras exclusivamente orgânicas. Desde 2010, há uma orientação do Governo do Estado para que, progressivamente, priorize-se o atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar.

Descrição da experiência

Embora o Paraná ocupe posição de destaque em nível nacional na produção do conhecimento agroecológico e na produção orgânica, observa-se ainda hoje que o desenvolvimento dessas áreas necessita de maior articulação entre os atores envolvidos, como também, e principalmente, da formulação de um Programa de Governo voltado a superar os principais gargalos que impedem o desenvolvimento do setor. Pesquisas apropriadas, extensão rural com maior atuação dos agentes envolvidos, capacitação de agricultores, formação de técnicos de nível médio e superior, apoio para a comercialização e fomento da atividade e ainda, valorização e apoio aos trabalhos das organizações não-governamentais, são temas importantes que precisam estar inseridos em um programa de política pública.

O primeiro movimento na busca de soluções a essas questões, foi a criação da Câmara Setorial de Agroecologia e da Produção Orgânica (Decreto Estadual nº 272, de 07/03/2007), instância consultiva do CEDRAF, composta por membros representantes de instituições públicas e privadas, e por entidades organizadas da sociedade civil. A Câmara Setorial tem a finalidade de propor ações de desenvolvimento da agroecologia e da rede de produção orgânica, constituindo-se em um espaço de caráter multissetorial, voltado aos debates acerca das questões mais relevantes para o setor.

Na sequência, ainda no início de 2008 foi constituído pela SEAB e pelo CEDRAF, um grupo de trabalho (GT – Agroecologia), para a elaboração de um Programa básico para o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica para o Estado, com representantes das entidades da Câmara Setorial interessadas e sob a coordenação daquela Secretaria.

O processo de construção do documento base do Programa transcorreu ao longo de 3 anos (2008/10), a partir de inúmeras reuniões de trabalho periódicas. Em alguns momentos, os resultados preliminares do Programa foram colocados em discussão/qualificação, em reuniões programadas no interior do Estado, para novas contribuições ao documento pelos agentes locais/regionais.

O documento base logo denominado Programa Paraná Agroecológico, seguiu uma metodologia de construção a partir das áreas consideradas mais críticas para o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica, sendo estas escolhidas para formar os cinco eixos estruturantes do referido programa:

1) Formação, Capacitação, Assistência Técnica e Extensão Rural; 2) Pesquisa; 3) Comercialização e Mercado; 4) Legislação e 5) Organização de Agricultores e Consumidores.

Cada um dos eixos compõe-se de suas diretrizes e de linhas de ação. A seguir são apontados alguns exemplos de ações previstas no programa:

- 1) Eixo de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Formação e Capacitação - promoção da rede de ATER em agroecologia, capacitação de agentes de desenvolvimento e agricultores familiares, estimular os cursos de formação universitária, desenvolver integração agricultor-consumidor, promoção de eventos de agroecologia e do sistema orgânico.
- 2) Eixo da Pesquisa - proporcionar condições às entidades de realização de pesquisa básica em agroecologia, apoiar projetos de pesquisa em rede, projetos de pesquisa de segurança e soberania alimentar e nutricional.

- 3) Eixo Comercialização e Mercado - estudos do mercado de venda direta, formação e capacitação em gestão para a comercialização, apoiar iniciativas de associações/cooperativas de agricultores familiares e/ou consumidores, incentivo financeiro à transformação da produção, ampliar os programas institucionais, estimular as transações do mercado justo e solidário.
- 4) Eixo Legislação - apoiar a construção da legislação orgânica em todos os níveis de governança, adequações na legislação do ICMS ecológico; reconhecer os serviços ambientais passíveis de recebimento de incentivos.
- 5) Organização dos Agricultores e Consumidores - fomentar os processos de organização de agricultores e consumidores, promover debates sobre agroecologia como instrumento de organização de territórios, fortalecer as ações de educação para o consumo responsável.

Dois outros momentos são importantes e merecem destaque nesta trajetória: o primeiro refere-se à consulta pública a que o programa foi submetido em 16/06/2010, pelo prazo de 30 dias, com o objetivo de ampla divulgação à sociedade e acolhimento de novas contribuições. O segundo momento ocorreu em 20/10/2010 quando então o programa foi apresentado e aprovado na 39ª reunião do CEDRAF.

Os trabalhos do grupo só foram reiniciados em março de 2011 (houve mudança de governantes pelas eleições de 2010), quando então a Câmara Setorial fez conhecer o Programa ao novo secretário da SEAB, tendo sido mostrada a importância de sua implementação como uma política pública para o desenvolvimento do setor. Vale registrar a boa receptividade e considerações positivas ao Programa, por parte do secretário. Na oportunidade foi formado um novo grupo de trabalho, com o objetivo de adaptar o Programa, na perspectiva de enquadrá-lo no Plano Plurianual 2012/15 do Governo do Estado.

Retomados os trabalhos, a metodologia adotada foi a rediscussão do Programa em uma oficina realizada em abril de 2011 no CPRA, com a presença dos diversos atores envolvidos no processo.

Na sequência, o GT - Agroecologia sistematizou as contribuições havidas na oficina, principalmente em relação ao rearranjo dos eixos estruturantes originais, à definição das metas para o período, às entidades responsáveis pela gestão, gerência, execução, acompanhamento e as fontes de financiamento do programa. Em junho de 2011, na reunião da Câmara Setorial, mais uma vez o Programa foi posto em discussão/qualificação, com o acolhimento de novas propostas dos presentes, sistematizadas posteriormente.

Finalmente, em julho de 2011 o Programa foi apresentado aos secretários e dirigentes do Estado do Paraná em reunião na Secretaria de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI), com o objetivo de formar a força política necessária à sua aprovação.

Resultados

O Programa Paraná Agroecológico apresentado atende as condições básicas para o desenvolvimento sustentável do setor e a sua implementação trará certamente um novo dinamismo para os cenários futuros dos agentes envolvidos. Sua definição para os

próximos quatro anos tem como eixos estruturantes: ATER, Pesquisa, Comercialização, Legislação e Fomento à produção. As principais metas previstas no período são: 10 mil estabelecimentos com produção orgânica, 5 mil produtores assistidos, 16,5 mil hectares em produção e 180 mil toneladas de produtos. O público beneficiário é composto pelos agricultores – preferencialmente familiares – e suas organizações, técnicos de ATER; pesquisadores, professores, estudantes, organizações do setor público e da sociedade civil organizada e consumidores de áreas urbanas e rurais.

Entretanto, é importante ressaltar que o sucesso do Programa depende de algumas premissas que precisam estar garantidas, tais como: inserção do Programa no Plano Plurianual do Governo, assegurando assim os recursos necessários no período, reestruturação das instituições públicas, principalmente com recursos humanos e físicos, reconhecimento e apoio às organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais do campo, entendendo-as como parceiras importantes nesse processo e compromisso e articulação de todos os atores envolvidos.

Agradecimentos

Às entidades, aos colegas e aos agricultores que trabalharam para possibilitar a construção desse Programa.

Bibliografia

IBGE. Censo Agropecuário. 2006.

Paraná. Documento-Base para o Programa Paraná Agroecológico/Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Curitiba: DIOE, 2011.